

ALTO RISCO

SUPLEMENTO DO JORNAL ALTO RISCO
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS
(instituição de utilidade pública)

N.º60 | 8ª Série | Setembro 2017

Bombeiros e Proteção Civil: E agora?

A FERRAMENTA MAIS INTELIGENTE PARA FAZER AVANÇAR O SEU NEGÓCIO.



Innovation that excites



NISSAN NAVARA KING CAB. RESISTENTE COMO SEMPRE, MAIS INTELIGENTE DO QUE NUNCA.

Cada funcionário necessita do equipamento adequado para realizar o seu trabalho. A Nissan Navara é a ferramenta de trabalho ideal para o seu negócio graças à sua robustez, que permite rebocar até 3,5 toneladas enquanto as suas tecnologias avançadas permitem manter os seus funcionários em segurança. E além disso, com a Promessa Cliente Nissan que integra um conjunto de vantagens que facilitam tudo, a sua empresa está preparada para alcançar o sucesso. Chegou o momento de investir numa viatura empresarial menos convencional.

Visite um concessionário Nissan e descubra todas as vantagens da Nissan Navara.

- Veículo de substituição
- 5 Anos de garantia
- Assistência em viagem gratuita
- Eleita Pick-up do ano

► **250 €/MÊS***

COM MANUTENÇÃO INCLuíDA

TAN 2,75% | TAE 3,6% | Prazo 48 meses
Entrada 6.850€ | Valor Residual 9.150€
Financiamento 19.430€

NISSAN EMPRESAS

www.nissan.pt/empresas

(*) IVA não incluído nos valores acima mencionados. Nissan Navara King Cab 3 Lugares 2.3DCI 160cvM/T 4x4 Visia com contrato de Manutenção+ de 4 anos / 60000km. PVP promocional de 26.280€, com financiamento RCI Banque, sujeito a aprovação, válido para empresas até 31.12.2017. PVP a pronto de 30.330€. Produto de Crédito automóvel - ALD, com TAE de 3,6% e MTIC de 21,447€. Não inclui pintura metalizada, despesas administrativas e transporte. Visual não contratado. Consumo combinado: 6,3 l/100 km. Emissões de CO₂: 167 g/km.



Destques

6



Entrevista

Dia Nacional do Bombeiro Profissional ANBP Distingue Presidente da Região Autónoma da Madeira, Miguel Albuquerque

8



Reportagem

Testemunho do Incêndio em Castanheira de Pêra

12



Entrevista

Ernesto Deus Investigador no Instituto Superior de Agronomia

34

Opinião

Profissionalização dos Bombeiros e das Estruturas de Comando





Fernando Curto

Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

Imagens de terror

A capa desta edição de Alto Risco mostra, com toda a clareza, o terror vivido pelos bombeiros e populações, nos últimos meses. Sobretudo nas tragédias dos incêndios de 17 de Junho e 15 de Outubro. Imagens de destruição e dor, de quase impotência perante algo que não se consegue explicar. Como é que tudo aquilo aconteceu? A pergunta continua sem resposta.

Alto Risco voltou a Castanheira de Pêra em Julho, numa visita guiada por Urbano Rebelo, habitante do lugar de Troviscal, que nos conta como foi ver o fogo a chegar à sua casa, eram, 10h30 da noite e “nenhum bombeiro”.

Nesta edição apresentamos também a opinião do investigador Ernesto Deus, que fala da politicamente delicada questão dos eucaliptos e do risco que representam em matérias de incêndios.

Este ano, na chamada época dos incêndios florestais, também deu que falar a qualidade das refeições servidas aos bombeiros no teatro de operações. A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais pediu esclarecimentos e o Ministério da Administração Interna anunciou um inquérito.

Na discussão política está também a dominar a questão da profissionalização dos bombeiros e da protecção civil. Domingos Morais, director nacional da ANBP, assina um artigo com factos e declarações que sustentam um novo paradigma para uma nova organização do socorro em Portugal.

Nesta revista lembramos ainda duas datas importantes: 11 de Setembro, Dia Nacional do Bombeiro Profissional, este ano assinalado no Funchal e com atribuição da Medalha de Mérito Grau Ouro da ANBP ao presidente do governo regional da Madeira, Miguel Albuquerque; e 13 de Outubro, o Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, assinalado com o exercício Terra Treme, organizado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

A propósito do risco sísmico, falamos com a professora e investigadora Paula Teves Costa. Quando e como será um sismo em Portugal? A especialista afirma que “o facto da probabilidade não ser nula, quer dizer que temos de estar preparados”.

Boa leitura!

Nota de rodapé: os créditos da foto de capa são de Hélder Madeiras da Força Especial de Bombeiros. ALTO RISCO agradece ao autor a autorização para a publicação da imagem, captada no dia 15 de Outubro, e que mostra o fogo no Pinhal de Leiria.

Diretor

Filomena Barros

Diretor-Adjunto

Sérgio Rui Carvalho

Redação

Cátia Godinho
Alexandra Martins Silva
Grafismo
João Botas Gonçalves

Paginação

João Botas Gonçalves

Fotografia

Gab. Aud. ANBP

Publicidade

Paulo Bandarra

Propriedade

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c
1200-647 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem

20 000 exemplares

Registo n.117 011
Dep. Legal n. 68
848/93

Impressão

MX3

JUNTOS CARREGAMOS PORTUGAL.

ECO EFFICIENCY

CANTER PORTUGUESA FUSO

Tão portuguesa como você, a Fuso Canter, é totalmente produzida em Portugal.

Razão também pela qual, a Canter é a parceira ideal para si. A Canter possui inúmeras variantes desde as 3.5t até às 8.55t. - com 5 Pesos Brutos, 3 Tipos de Cabine, 3 Níveis de Potência, 6 Distancias Entre Eixos, uma versão híbrida e uma versão 4x4 - certamente encontrará a solução perfeita para o seu negócio. Ao mesmo tempo, o motor 3.0 L, da Canter permite uma condução económica, cumprindo as exigentes normas EURO VI em toda a gama. Poderá também escolher qual o tipo de transmissão que melhor se adapta ao seu negócio, desde a tradicional transmissão de 5 velocidades ou a Transmissão robotizada de dupla embraiagem de 6 velocidades, que poderá ajudar a economizar até 23% de consumo de combustível.

Mais de 76 versões disponíveis

Cabine	Estreita - Larga - Simples - Dupla
Potência	130 Cv - 150 Cv - 175 Cv
Peso Bruto	3.5T - 6.0T - 6.5T - 7.5T - 8.55T
Caixa de Velocidades	Manual / Duonic
D.E.E.	2.500 - 2.800 - 3.400 - 3.850 - 4.300 - 4.750

Desde
23.250€*



*Preço indicado para modelo 3S13 B - IVA e 2.500mm. Valor não inclui IVA à taxa em vigor, despesas de legalização e transporte.



ANBP distingue Miguel Albuquerque com Medalha de Ouro no Dia Nacional do Bombeiro Profissional

(Por Alexandra Martins Silva e Cátia Godinho)

A cidade do Funchal recebeu a 10ª edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional. A celebração contou com a presença de bombeiros de todo o país, bem como das principais entidades da Região Autónoma da Madeira. Entre elas, o representante da República, Irineu Barreto, que presidiu à cerimónia, e o Secretário Regional da Saúde, Pedro Câmara Ramos, recentemente nomeado para o cargo.

Um dos momentos altos da cerimónia foi a condecoração do Presidente da Região Autónoma da Madeira com a Medalha de Mérito, Grau Ouro, da ANBP.

O presidente da Região Autónoma da Madeira (RAM), Miguel Albuquerque, recebeu a Medalha de Ouro ANBP por serviços distintos não deixando de referir no seu discurso que o seu Governo “vai continuar a apoiar os bombeiros da

Região. À Alto Risco, o presidente da RAM realçou a importância em celebrar o Dia Nacional do Bombeiro Profissional na Madeira, dizendo que “foi um gesto muito agradável e oportuno da ANBP; também é uma homenagem aos nossos bombeiros. Temos atravessado muito nos últimos anos, aqui na nossa região, e a intervenção dos bombeiros tem sido decisiva na proteção de pessoas e bens.”

O presidente da RAM também mostrou preocupação em relação às alterações climáticas, salientando que “este é um dos problemas globais que temos de enfrentar” e que “temos de estar preparados para enfrentá-las”.

Madeira quer adquirir meios aéreos

Durante o seu discurso o presidente da Região Autónoma da Madeira, Miguel Albuquerque, falou da intenção da Região em adquirir meios aéreos para

o combate aos incêndios, deixando claro que “esta questão dos meios aéreos é decisiva e importante na poupança dos recursos dos contribuintes da Madeira e dos contribuintes nacionais que esta aeronave seja inserida no concurso nacional.

À Alto Risco, o presidente adiantou que o Secretário de Estado da Administração Interna referiu que o concurso nacional “é já para abrir em outubro”. Miguel Albuquerque disse ainda que o relatório que solicitaram à ANPC, e que já receberam, incluía a sugestão da composição de “uma brigada de helicóptero de intervenção rápida para combater o início dos fogos; é isso que está decidido” e que esse meio aéreo “tem de estar operacional para o próximo ano. Nós já apresentamos a Conselho de Governo que anda à volta de um milhão e 200 mil euros.”



A escolha da Região foi para “premiar os nossos bombeiros”

No início de agosto, a tutela da pasta da proteção civil passou da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais para a Secretaria Regional da Saúde. Alto Risco falou com Pedro Câmara Ramos, Secretário Regional da Saúde, que explicou os desafios que tem enfrentado com a passagem da tutela desta pasta, sem deixar de falar da celebração do Dia Nacional do Bombeiro Profissional na Madeira.

Qual a importância em celebrar o Dia Nacional do Bombeiro Profissional nesta Região Autónoma?

Em primeiro lugar, acho que é da parte da Associação dos Bombeiros Profissionais um reconhecimento pelos nossos bombeiros, municipais, voluntários; e ao fim de seis anos, porque ao fim deste últimos seis anos, de facto, estas corporações de bombeiros, nos vários concelhos da região, foram postos à prova, não só em 2010, 2012, 2013, em 2016 e agora em 2017. E sempre que foram postos à prova, mostraram um sentido de cidadania, de solidariedade para com a população, protegendo vidas, protegendo os bens e estando sempre onde eram necessários.

Um dos exemplos mais recentes foi, dia 15 de agosto, a queda da árvore no Monte e, de facto, toda a estrutura da proteção civil pode funcionar, todas as células, com um plano bem estruturado, puderam funcionar, desde a PSP, a GNR, os bombeiros, os cidadãos, uma

vez que a proteção civil começa no cidadão, todos eles conseguiram dar uma boa resposta.

Acho que a escolha da Região foi para premiar os nossos bombeiros, que desde há seis anos têm enfrentado algumas dificuldades, não deixando de homenagear todas as corporações de bombeiros nacionais que, infelizmente, passaram nos últimos meses por períodos de grande devoção e dedicação para combater os fogos no nosso país.

Que desafios tem enfrentado com a passagem da pasta de proteção civil para a Secretaria Regional da Saúde?

São os desafios de continuar a proteger a população. O facto da pasta ter passado dos Assuntos Sociais para a Saúde tem a ver com os elementos que estão neste momento na Secretaria Regional da Saúde, que nos últimos anos sempre estiveram envolvidos nos planos de resposta à catástrofe aqui na

Região Autónoma da Madeira. Desenvolvemos esses planos de acordo com um processo europeu que é o Medical Response to Major Incidents, que engloba todas as células da proteção civil. Temo-nos dado bem, nomeadamente na área da saúde e em articulação com o sistema de emergência pré-hospitalar e com todas as células da proteção civil, desde o momento da triagem, o transporte, a referenciação para as unidades que têm os recursos que os nossos doentes precisam em situações de exceção, no desastre e na catástrofe. Por isso, tinha toda a lógica que, de facto, a proteção civil estivesse agora relacionada com a Secretaria Regional da Saúde e vamos continuar a desenvolver o bom trabalho que a nossa antecessora fez, no caso da Dra. Rubina Leal, e, neste momento, mais ligado à saúde e aos planos de resposta de urgência/emergência da Região Autónoma da Madeira.

“Deu vontade de sair daqui”

(Por Alexandra Martins Silva e Cátia Godinho)

No dia 24 de julho, o cheiro a fumo ainda era forte, tal como a memória dos incêndios em Urbano Rebelo, um habitante do lugar do Troviscal, na freguesia de Anchas, no concelho de Castanheira de Pera, que aos 65 anos de idade viveu momentos de aflição quando viu o lugar onde cresceu totalmente rodeado pelas chamas.

Num dia de calor e vento intenso, mas não tanto como no fatídico dia 17 de junho, Urbano Rebelo levou a Alto Risco à Capela do Troviscal, um local de onde se pode ver como a força das chamas e do vento deixaram a sua marca naquele pequeno lugar.



isto é uma zona com ventos mesmo muito fortes?

Foi aqui que fez aquele turbilhão, que partiu até as árvores. As árvores ficaram claramente carbonizadas. Aquele [um sobreiro] nem conseguiu resistir, derivado à força do vento e as chamas. [...] As chamas não andaram aqui no chão, foi mesmo a força das chamas.

Aqui foi. Eu nunca vi tal coisa na minha vida. O vento e as chamas metiam medo, eu nunca vi. Já assisti a muitos incêndios, até participei em alguns, mas uma coisa assim deste género nunca vi.

Chegou a combater incêndios?

Sim, alguns. Quando era pequeno chamavam-nos. Até me recordo, que aqui, no adro da capela, andava aqui a GNR, com carrinhas da câmara, para levar as pessoas para os incêndios, pessoas que não tinham preparação nenhuma. Naquele tempo era assim; os primeiros bombeiros a chegar era a própria população.

Começaram a ver as chamas a que horas?

Aqui [Capela do Troviscal] por volta das 10 horas [da noite]. Às 10 horas e meia já estava ao pé das nossas casas, estávamos cercados pelo fogo.

E meios no terreno? Viram bombeiros?

Não. Só uma carrinha da proteção civil é que esteve aqui a proteger uma casa de uma pessoa lá da câmara. Pedimos para nos dar uma pequena ajuda, mas aquilo era um carro de intervenção rápida, mas depois foi e nunca mais apareceu. Nem bombeiros. Nada.

E a população, o que estava a fazer?

Nós só conseguimos salvar as nossas casas, porque nos prevenimos. [...] Começamos a regar com as mangueiras, eu, o meu filho, a minha nora, a minha mulher, regamos tudo em toda a volta. Ficamos sem água no furo, claro, a água

da rede manteve a pressão, mas houve certos sítios que deixou de ter pressão. Corremos o risco, mas conseguimos salvar as casas, nós próprios e os animais.

Quando é que o fogo chegou à vossa habitação?

Eram cerca de 10 e meia da noite e nenhum bombeiro. Eu nunca vi tal coisa, era anormal. Nunca vi um fogo com estas características.

Acho que foi em 87 que esta capela ardeu. Era um incêndio de grandes dimensões, mas foi um incêndio que não durou tanto tempo e progrediu menos. Este foi muito rápido, não deu hipótese nenhuma de se conseguir apa-



gar o fogo. Foi uma coisa inexplicável, em 65 anos da minha vida nunca vi.

O meu filho vira-se para mim e diz “oh pai, nunca fomos à praia do mosteiro, vamos lá dar um mergulho”. Fomos, eram seis horas da tarde. Já andava o fogo do outro lado, mas parecia que aquilo estava calmo. Eu comecei a ver aquilo a intensificar e começam a cair aquelas folhas, ramos, na própria praia. Até a senhora que estava a tomar conta do bar começou a fechar os chapéus. Eu chamo o meu filho que estava na água e digo, “vamos embora que isto está a ficar mau”. Ele saiu, começou a olhar e a ficar muito assustado. Quando passámos no lugar do mosteiro, as pessoas já estavam todas em pânico. Já estavam carrinhas e tratores, com água, já se estavam a preparar para o perigo.

Havia vários focos de incêndio [...] o vento projetava e começava a arder cem metros à frente.

Fomos diretos a casa, mas ainda passámos na praia do poço de corga, e começámos a verificar que o fogo estava mais intenso. Disse logo que tínhamos de ir para casa e tomar as precauções necessárias, que ele [o fogo] vem ter connosco. Quando chegámos começámos a regar.

Mas tudo de forma desorganizada? Ou seja, não há nenhum grupo organizado entre vocês para fazer frente a estes cenários?

Exatamente, não tínhamos organização nenhuma. Aliás, numa situação desta devíamos ter sítios de refúgio.

A câmara tem vindo a falar convosco? Há alguma iniciativa por parte das autarquias, das juntas de freguesia?

Têm dado um certo apoio, mais propriamente alimentos para os animais. Também estão a apoiar as pessoas que perderam as suas casas e estão a colaborar para a reconstrução rápida. Aquela casa ali foi reconstruída pelo próprio dono. A Câmara já veio fazer um levantamento, mas ele não esperou. Ele queria resolver aquilo o mais rápido possível.

Já falei com diversas pessoas aqui do concelho e todos falam da mesma situação, não se viram bombeiros em lado nenhum. Nodeirinho e Pobrais foram os lugares mais afetados, morreram 11 pessoas em cada um e não apareceram bombeiros nenhuns. Agora pergunto: onde é que estavam os bombeiros? É certo que com um fogo desta dimensão não podem estar em todo o lado. [...] Nem na parte final apareceram. Apareceram no dia seguinte, com um carro da GNR, da Proteção Civil, com enfermeiros para ver se estava tudo bem. Tenho ali um vizinho que ficou um bocado perturbado, pronto, já tem 75 anos, e eles estiveram lá.

Não é fácil ultrapassar isto. Eu ainda sonho muito com o incêndio; estou na cama e até sonho alto, o que não era normal.

Têm tido algum tipo de apoio psicológico? Pela parte dos bombeiros, por exemplo?

Nós aqui não, mas tenho ouvido falar de pessoas que têm acompanhado. Veio

essa equipa de que falei, mas nunca mais apareceram cá a perguntar se estava tudo bem. Mas ao meu vizinho, ficamos com o contacto da psicóloga que tem ligado a perguntar se ele estava bem. Viram que ele não estava bem. Mas temos de ultrapassar isto, a vida tem de continuar.

Quando isto estava aparentemente calmo, é quando começa a casa ali do vizinho, o barracão de trás a arder. Ainda tentamos ligar para os bombeiros, para o 112, mas ninguém apareceu. A minha mulher, isto por volta das três da manhã, agarrou no carro dela e vai para Castanheira de Pera para dirigir-se aos bombeiros. Chega ali a uma zona que é logo aqui à frente e estava o incêndio do lado e do outro da estrada. Teve sorte. Fez inversão de marcha e chegou aqui toda assustada. Se ela avança e vai pelo meio das chamas, ficava lá.

Estavam mesmo isolados, não havia fuga?

Não. O fogo chegou à capela e seguiu para baixo [na direção das casas]. Ficamos totalmente isolados. Mas quase que não havia nada para arder, a erva estava toda rapada, não havia quase nenhuma, mas queimou, a temperatura era muita.

Quando começou, vimos o fumo e parecia um fogo normal. Mas, quando começamos a verificar, a determinada altura o vento levantou e começou a empurrá-lo [o fogo] e atingiu estas dimensões.

Que resposta é que as entidades davam quando vocês diziam que estavam à espera deles há muito tempo?

Que não podiam estar em todo o lado, foi o que disseram.

Esta habitação, de quem é? [uma casa que não tem nenhuma marca dos incêndios]

É de uma pessoa da câmara. [e estava a ser protegida por um carro enquanto vocês não tinham ajuda?] Aqui era uma casa isolada e nós eramos várias. Segundo o que me disseram, na estrada principal, também esteve lá um carro dos bombeiros. Mas deveriam estar aqui, não era? Antes que chegasse àquele lado, tentar combater aqui. [era também uma casa de alguém da câmara?] Eu não vi, não posso dizer ao certo, mas segundo o que me disseram, também lá esteve um carro.

Eu penso que a ausência se justifique

devido ao número de mortos na estrada.

Passou aqui o presidente da câmara, o meu filho esteve a falar com ele, a ver se estava tudo bem.

Mas também não chegou aqui ninguém para evacuar, a dizer para nos irmos embora.

Já chegou aqui alguém a mostrar um plano de limpeza e requalificação?

Sobre os eucaliptos e os pinheiros ainda não temos nada disso, mas pediram-nos para fazer um levantamento das árvores de fruto, oliveiras, macieiras, todo o tipo de árvores de fruto, e alguns estragos, por exemplo a minha vedação ardeu. Levei a minha lista, que pediram a todas as pessoas, deram o prazo para entregar na câmara para fazerem a avaliação. Quanto ao resto das propriedades, de eucaliptos e pinheiros e outras árvores, ainda não se viu nada, não sei se há apoio ou não.

Um mês depois ainda continuam um pouco desorientados sobre aquilo que é preciso?

Exatamente. Não sabemos se, por exemplo as oliveiras, se somos nós que temos de repor, se vai haver algum apoio, não sabemos de nada.

Deu vontade de sair daqui. O outro dia, quando começamos a ver os estragos, dava vontade de sair daqui.

Uma das questões que se levantam em casos de incêndios é se havia preocupação com a limpeza dos terrenos, tendo em conta que todos os anos estes cenários repete-se?

No meu caso, eu tive sempre essa preocupação em limpar. Quanto às outras propriedades, por muita boa vontade que tenhamos, fica caro se não houver uma ajuda. Há pessoas que não têm a possibilidade de fazer manutenção às pequenas propriedades que têm, porque fica muito caro.

E há quem faça essa manutenção?

Há aí algumas empresas, mas é preciso pagar. Se houvesse um subsídio, talvez isto não chegasse a estas proporções. Em vez de gastar dinheiro com helicópteros e outras coisas, se apostassem na prevenção. O problema é que se as pessoas vão aqui, limpando à volta das casas, que é onde podem, de resto, eles deixam as outras propriedades. Quando fazem os cortes, devia ser obrigatório a quem compra proceder à limpeza; mas não, ficam os ramos, fica tudo no chão.

Desertificação, é outra questão. Antigamente, isto aqui era tudo cultivado e o fogo não entrava. Agora não, agora o que se vê é silvas, mato. Se as pessoas morassem cá, ia-se limpando. É uma série de fatores que contribuem. Mas, embora que isto contribua, a dimensão deste fogo foi uma coisa fora do normal. Até ardeu onde não havia quase nada para arder.



Pub

JACINTO

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda
Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885 - 999 Esmoriz Portugal
Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184
3885 - 530 Esmoriz
Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481
info@jacinto-Lda.com
www.jacinto-Lda.com

PME líder
SGS



Perfil

Ernesto Deus é investigador na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde está a tirar o doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial – Especialização em Deteção Remota e Sistemas de Informação Geográfica. Faz parte do grupo de investigação Dinâmicas Ambientais e Socioeconómicas: Gestão para a Sustentabilidade Colaborou em várias publicações e projetos na área dos riscos, dinâmicas, políticas e ordenamento florestal.

“Não devemos usar o eucalipto como bode expiatório”

(Por Alexandra Martins Silva)

Nunca antes foi tão perceptível a quantidade de eucaliptos plantados à beira das estradas e pelas encostas dos montes. A Alto Risco viajou por estradas rodeadas de matas queimadas, onde já era possível ver alguns rebentos verdes a começar a mudar a paisagem. Estes rebentos nasciam na base dos troncos dos eucaliptos ardidos que, além dos fetos, eram o único sinal de vegetação visível.

Depois dos incêndios do Pinhal Interior e dos que se seguiram, o eucalipto tornou-se o centro das atenções das discussões políticas e da sociedade. Sendo uma árvore que cresce rapidamente e é bastante resistente, o eucalipto tem um elevado valor comercial, por isso é que se vêem plantações extensas desta espécie, em vez de árvores autóctones, que do ponto de vista comercial não são tão rentáveis por demorarem muito mais tempo a atingir a maturidade.

A Alto Risco entrevistou o investigador Ernesto Deus, que está a realizar um doutoramento sobre o eucalipto no Instituto Superior de Agronomia na Universidade de Lisboa, para perceber como é que esta árvore veio para Portugal e qual o motivo de polémica em volta dela.



de algumas plantações em Portugal e na década de 80 desse século implantaram-se as primeiras plantações comerciais, destinadas aos caminhos-de-ferro. Por esta altura o pinheiro-bravo havia sido escolhido para o projecto de rearborezação do país. No entanto, em meados do século XX, revela-se a vocação desta espécie para a produção de pasta para papel em alternativa ao pinheiro-bravo, e desde então a área de eucalipto tem aumentado até representar actualmente cerca de 1/4 da floresta portuguesa e cobrir mais que 9% de Portugal continental. As qualidades silvícolas desta espécie são indiscutíveis e naturalmente esta espécie adquiriu uma importância enorme em termos económicos no sector florestal, sendo a espécie florestal favorita nas regiões de minifúndio do país.

O que faz do eucalipto uma espécie problemática na floresta portuguesa? Porque é que é uma espécie tão mal vista durante a época dos incêndios?

A contestação aos eucaliptos não é recente e deve ter acompanhado grande parte do século XX embora tenha subido de tom nas últimas décadas a par com a grande proliferação dos eucaliptais. É certo que grande parte da investigação científica nas últimas décadas tem se dedicado ao melhoramento e aproveitamento desta espécie para fins comerciais mas outros investigadores têm acompanhado esta crescente preocupação,

dedicando-se à investigação dos impactos ecológicos das plantações industriais de eucalipto. Há de facto vários impactos negativos possíveis, alguns deles ainda não completamente esclarecidos, relacionados por exemplo com a propagação dos incêndios, o potencial invasor da espécie, o elevado consumo de água e impactos na biodiversidade. Estes impactos são indissociáveis da sua plantação desregulada, do regime de exploração e do abandono da floresta.

Como tal, estes impactos não são generalizáveis e dependem de diferentes factores, podendo ser comuns a outras culturas florestais como o pinheiro-bravo.

De facto, na óptica popular é frequente a responsabilização do eucalipto nos incêndios. É natural esta associação pois todos temos assistido ao avolumar de eucaliptais à nossa volta e naturalmente grandes incêndios propagam-se frequentemente pelas extensas manchas de eucaliptais. Para isto pode também contribuir o imaginário popular do eucalipto como “a espécie exótica”, vinda de fora. No entanto, algumas críticas encontram real fundamento em particularidades da espécie relacionadas com a sua combustibilidade: o ambiente nos eucaliptais é geralmente seco; a espécie contém óleos essenciais inflamáveis; originam com frequência longas projecções de material incandescente causando focos de incêndio secundários; a casca que se desprende no tronco em árvores mais

Como é que o eucalipto foi introduzido no país e qual a sua importância?

Os eucaliptos foram descobertos nas expedições europeias à Oceania no final do século XVIII. A espécie de eucalipto utilizada em Portugal (*Eucalyptus globulus*) foi descoberta nesta altura na Tasmânia por exploradores franceses e as suas sementes rapidamente se espalharam pelo mundo. Durante várias décadas o eucalipto não passou de uma curiosidade botânica e de uso ornamental na Europa mas na segunda metade do século XIX há já registos

velhas pode propagar o fogo às copas; e o rápido restabelecimento da biomassa após o fogo, através da rápida regeneração dos eucaliptos queimados e do surgimento de novos eucaliptos através da sua reprodução após o fogo, que proporciona em poucos anos as condições para novos fogos de elevada intensidade. A associação dos eucaliptos aos incêndios poderá explicar-se também por esta formidável adaptação da espécie ao fogo. De facto, o fogo passa e o eucalipto fica.

Acho no entanto que não devemos usar o eucalipto como bode expiatório dos incêndios pois desvia o foco dos problemas estruturais da floresta portuguesa a montante deste problema, como o caos fundiário sem cadastro, o abandono florestal, uma legislação complacente e uma fiscalização ineficaz.

Qual o comportamento dessa árvore depois dos incêndios? Como é a sua regeneração?

O eucalipto desenvolveu duas estratégias de adaptação aos incêndios. A pri-

meira garante a sobrevivência do indivíduo. A segunda permite a sua reprodução. Após um incêndio o eucalipto tem elevada probabilidade de sobrevivência através do mesmo mecanismo que permite o seu corte repetido para exploração florestal. O eucalipto desenvolve precocemente um órgão lenhoso na base do tronco chamado lignotuber com reservas energéticas e gomos dormentes que permitem o desenvolvimento de rebentos de touça quando a árvore é destruída, tal como acontece quando é cortado mas também após um incêndio. Assim, o indivíduo consegue regenerar e sobreviver. Há no entanto um segundo mecanismo que permite a multiplicação (reprodução) dos indivíduos. As flores de eucalipto originam pseudo-frutos lenhosos conhecidos por cápsulas, os quais podem conter até algumas dezenas de sementes. Ao longo do ano pequenas quantidades de sementes são libertadas por algumas cápsulas. No entanto, após os incêndios, uma ou duas semanas após o fogo, inicia-se uma abertura sincronizada das cápsulas nas copas com a dessecação dos ramos

resultando numa libertação massiva de sementes. Um eucalipto adulto é capaz de libertar milhares de sementes no espaço de 2-3 semanas. Esta sincronização da libertação das sementes após o fogo é importante por duas razões: em primeiro lugar, a ausência de vegetação após o incêndio cria condições óptimas para a instalação de novos eucaliptos; em segundo, a abundância de sementes sacia os animais que delas se alimentam garantindo que muitas sementes escapam à predação. As sementes de eucalipto têm também uma particularidade importante: a não-dormência. Isto significa que assim que há condições favoráveis de humidade, normalmente com as primeiras chuvas após a época de fogos, praticamente todas as sementes de eucalipto germinam. Por isso no espaço de poucos meses podemos assistir ao surgimento de inúmeras pequenas plântulas de eucalipto que se não forem arrancadas poderão transformar um eucaliptal numa selva de eucalipto, com todos os riscos que isso acarreta.

Depois de um verão cheio de incêndios, como é que a floresta portuguesa tem de ser gerida? Que espécies de árvores é que podem ser consideradas mais “saudáveis”?

O mais importante é que de facto a floresta seja “gerida”. Vários problemas decorrem precisamente da não gestão ou, na prática, do abandono da floresta. Há indicações de que muitas parcelas são abandonadas após o fogo. Os eucaliptais são talvez o povoamento florestal mais propício ao abandono devido à sua capacidade de regeneração, pois sem qualquer investimento os proprietários vêm as árvores sobreviver e desenvolver-se novamente, na esperança que passe uma década sem fogo, o que muitas vezes não acontece devido à curta recorrência de incêndios nas regiões onde os eucaliptos predominam. O fogo pode originar vários problemas como pragas e doenças de espécies florestais, forte erosão dos solos em áreas declivosas e invasão por espécies exóticas, especialmente espécies adaptadas ao fogo como os eucaliptos, acácias e háqueas. Portanto, é essencial intervir após o fogo para a prevenção destes problemas que podem ter consequências duradouras.

Há de facto alternativas aos eucaliptais mais sustentáveis e mesmo estra-



tégicas no ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios. É o caso de povoamentos de folhosas nativas, em particular povoamentos maduros e fechados, com muito menor combustibilidade que pinhais e eucaliptais. Outros pontos positivos são a sua auto-sustentabilidade, não implicando investimentos recorrentes, e os vários serviços ambientais que prestam em contraste com as monoculturas tradicionais. A diversidade paisagística, onde se poderiam incluir também parcelas de monoculturas florestais, seria igualmente benéfica em diferentes domínios, em contraste com as extensas áreas de monocultura florestal que marcam as paisagens de várias regiões.

No entanto, faltam-nos as ferramentas legais que possibilitem uma gestão integrada de um território onde predomina a propriedade privada em minifúndio. Um exemplo flagrante é o fracasso na implementação das “zonas de intervenção florestal de gestão total”, um conceito inteligente e pioneiro no concelho de Mação que poderia dar resposta aos desafios do minifúndio, pois na floresta portuguesa é cada um por si. Penso que as reformas florestais têm sido demasiado superficiais para abordar as graves deficiências estruturais da floresta portuguesa. Ainda aguardamos o primeiro destes passos: a execução do cadastro florestal.



Pub

châuffeur
service

Deixe-se levar sem preocupações e com todo o conforto com o Europcar Chauffeur Service. Um serviço de primeira classe com discrição e profissionalismo.

Europcar
moving your way

“Com Europcar Chauffeur Service é outro conforto.”

moving Luis's way

“Cada um de nós é um agente de proteção civil”

(Por Alexandra Martins Silva)

Um sismo de magnitude de 8.1 com epicentro perto da costa do estado de Chiapas, no México, no dia 7 de setembro, provocou 96 mortos e deixou mais de dois milhões de pessoas a precisar de ajuda.

Este sismo foi o mais forte que atingiu o México nos últimos 80 anos, ultrapassando o de 1985 que matou milhares de pessoas. Este abalo não atingiu as proporções do sismo de 1985, não só por causa da melhor preparação das autoridades de proteção civil e do reforço das estruturas dos edifícios, mas também porque o epicentro foi muito mais fundo e distante da superfície.

Com tantas catástrofes como esta a atingirem as populações à volta do globo, Portugal pretende sensibilizar as gerações mais

novas e ensiná-las em como agir em caso na eventualidade de um sismo. Por isso, há cinco anos que é realizado o Exercício Nacional de Sensibilização para o Risco, também conhecido como Terra Treme, assinalado sempre no dia 13 de outubro, o Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, e organizado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Este ano os alunos da Escola Básica 2, 3 da Costa da Caparica realizaram o exercício, que contou com a presença de todos os ramos dos agentes de proteção civil. Chegadas às 10h13 do dia 13 de outubro o Secretário de Estado da Educação, João Costa, e o ex-presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Joaquim Leitão, observaram os alunos do 6.ºA a cumprirem os três gestos de autoproteção que devem ser feitos caso a terra trema: BAIXAR – PROTEGER – AGUARDAR.

João Costa salientou aos alunos que

“quando vos educamos para a cidadania não é para vocês saberem coisas, mas sim para vocês fazerem coisas”, referindo ainda que “a parceria com as forças de segurança e a vossa escola é para vos preparar para o futuro”. Num discurso curto, mas direto, Joaquim Leitão afirmou “aquilo a que vos desafiamos é que participem e que a escola e os professores possam, com vocês, dinamizar o clube de proteção civil, porque é com vocês que está o futuro”.

A Alto Risco falou com a presidente do Centro Europeu de Riscos Urbanos (CERU), a Paula Teves Costa, que explicou detalhadamente o porquê de ocorrerem os sismos e o que os agentes de proteção civil, desde os cidadãos ao Estado, devem fazer em matéria de prevenção, uma área onde, na sua opinião, “falta mais investimento [...] para mitigar os danos no caso da ocorrência de um sismo violento”.



Perfil

Paula Teves Costa é professora no Departamento de Engenharia Geográfica Geofísica e Energia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Investigadora do Instituto Dom Luiz.

Tem desenvolvido investigação nas áreas do risco sísmico, perigosidade e comportamento sísmico dos solos, integrada em vários projectos de investigação nacionais e internacionais.

Publicou diversos artigos científicos em revistas internacionais e tem participado em várias conferências e congressos.

Foi vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica entre 2000 e 2010. Desde 2013 é Presidente do Centro Europeu de Riscos Urbanos (CERU) onde tem coordenado projectos sobre mitigação dos riscos sísmico e de tsunamis, com especial incidência na divulgação de informação ao público, de modo a facilitar a implementação de medidas de prevenção visando o aumento de resiliência das populações.

O que é que se entende por sismo e porque é que estes ocorrem?

Um sismo é um fenómeno natural produzido pela libertação súbita de uma grande quantidade de energia que se encontra acumulada no interior da litosfera terrestre (que é composta pela crosta e a parte superior do manto). Ao dar-se o sismo há uma rotura na crosta (ou na litosfera), mais ou menos violenta, e a energia libertada propaga-se em todas as direções sob a forma de ondas elásticas (ondas sísmicas). Também se pode dizer que o sismo é o movimento do solo resultante da propagação destas ondas sísmicas que transportam a energia libertada devido a variações bruscas de tensões no interior da Terra.

Na maior parte dos casos os sismos ocorrem ao longo de falhas geológicas ativas, seja nas zonas de fronteiras de placas ou no interior das próprias placas tectónicas. É exatamente nestas zonas de fronteiras de placas que está acumulada a

maior parte de energia de deformação, pois as placas tectónicas estão em permanente movimento, umas em relação às outras. Contudo, como as placas são constituídas por rochas rijas, este movimento não pode ser fluido e constante. Então, neste esforço contínuo para se movimentarem, vão-se acumulando tensões que serão libertadas repentinamente (o sismo) quando for ultrapassado o limite de resistência dos materiais constituintes da litosfera. No caso de uma falha geológica no interior de uma placa o mecanismo é idêntico, se bem que as tensões acumuladas sejam, geralmente, menores. Por este motivo os sismos de maior magnitude que ocorrem na Terra são originados nas zonas de fronteira de placas.

Recordemos que ao longo da sua história (a Terra tem cerca de 4500 milhões de anos), a Terra tem sido sujeita a enormes tensões responsáveis pela sua geomorfologia actual (a forma dos continentes, a sua posição relativa, a existência de grandes cadeias montanhosas e de grandes oceanos, etc.). A ocorrência de sismos, e de vulcões, são fenómenos naturais que fazem parte da evolução geológica do planeta a

qual é condicionado pelo calor proveniente do interior da Terra.

Qual a zona do planeta com maior atividade sísmica?

As zonas onde existe maior atividade sísmica são as zonas de fronteiras de placas. De um modo geral poderemos dizer que nas zonas onde o movimento relativo das placas é maior (isto é, uma das placas move-se com uma velocidade elevada em relação à sua vizinha), a atividade sísmica será maior. A placa que se move com maior velocidade em relação às suas vizinhas é a placa do Pacífico, pelo que as zonas sísmicamente mais ativas (onde ocorre o maior número de sismos) encontram-se à volta do Oceano Pacífico – costas ocidentais da América do Norte, da América Central e da América do Sul, Japão, Filipinas, Taiwan, etc. Mas a zona de fronteira entre a placa Euroasiática e as placas Africana (região do Mediterrâneo) e Indo-Australiana (regiões da Índia, Paquistão, Afeganistão, Irão, etc.), também apresenta uma atividade sísmica significativa. Por outro lado, apesar de haver menos sismos nas zonas onde a velocidade relativa das placas é menor, isso não quer dizer que não possa ocorrer um sismo de grande magnitude nessas zonas.

Porque é que o México tem sido o palco de vários sismos de grande intensidade?

Na região das Caraíbas existem cinco placas tectónicas (Caraíbas, Norte Americana, Sul Americana, Nazca e Cocos), estando a placa das Caraíbas rodeada pelas outras quatro grandes placas. Esta situação confere à região uma grande complexidade tectónica com a ocorrência de sismos superficiais a profundos, a existência de arcos vulcânicos e fossas oceânicas, evidenciando a subdução da litosfera oceânica ao longo da América Central e das margens atlânticas da placa das Caraíbas. Por este motivo, toda a região da América Central e das Antilhas já foram palco de grandes sismos, muitos com uma magnitude superior a 8.0. No caso do México os grandes sismos dão-se devido à subdução da placa Cocos sob as placas das Caraíbas (a sul) e da América do Norte (a norte). Contudo, sismos intraplaca, gerados no interior de uma das placas, também podem ter magnitudes elevadas (superiores a 7.0) nesta zona conturbada de elevada atividade neotectónica.

Existe alguma ligação entre todos estes sismos? É possível uma reação em cadeia?

Como referido anteriormente, o movimento relativo das placas é “contínuo”. Mas a zona de fronteira entre placas é bastante heterogénea, sendo de esperar que existam zonas com maior capacidade de acumular tensões do que outras zonas. Contudo ainda não é possível identificar com segurança essas zonas. O que sabemos hoje, é que uma zona da fronteira que já não rompa há algum tempo (isto é, que não tenha sido fonte de um sismo recente) tem uma maior probabilidade de romper num futuro próximo. Mas a história já nos mostrou que esta regra nem sempre é cumprida, na natureza, e já fomos surpreendidos por vários sismos que ocorreram em locais inesperados, isto é, em zonas onde a probabilidade de rotura era muito baixa. Respondendo à sua questão, não creio que possa haver uma reação em cadeia. Ainda não é possível saber, com exatidão, onde estão acumuladas as tensões nem quando irão ser libertadas (apenas conseguimos estimar probabilidades). Na história da Terra há zonas que, durante um certo período de tempo, poderão ter uma maior atividade sísmica. Contudo não existem atualmente mecanismos que nos permitam verificar se estamos numa situação dessas ou não. Eu diria que a atividade sísmica que está a ocorrer no México é normal dentro do contexto tectónico dessa região.

Existe alguma tendência que evidencie um acumular de tensão nas placas tectónicas, que poderá resultar num cenário ainda mais destruidor?

Que eu saiba, não existe nenhum indi-

cador que nos permita averiguar se há uma elevada acumulação de tensões em determinada zona. Mesmo supondo que, em determinada zona, já deve haver um valor de tensões acumuladas significativo (por exemplo, numa zona onde não ocorre um sismo há algum tempo), não há certezas de quando poderão ser libertadas essas tensões nem se essas tensões serão libertadas num único sismo.

Olhando para o caso português, em que situação se encontra o nosso país, tendo em conta que não se regista um sismo de grandes dimensões há séculos e que nos encontramos numa zona que pode ser considerada de risco?

No caso de Portugal Continental, sabemos que poderemos sofrer o impacto de um grande sismo a qualquer momento. Também sabemos que região sul e margem oeste do território até ao centro do país são as zonas que poderão sofrer mais com um evento futuro. Os efeitos do sismo devastador de 1755 pertence à nossa memória coletiva e é bom que nunca o esqueçamos. O período de retorno de um sismo como o de 1755 é muito elevado, o que quer dizer que tem uma probabilidade de ocorrência bastante baixa. Mas ATENÇÃO que “bastante baixa” não é nula, o que quer dizer que ele pode ocorrer hoje, amanhã, daqui a 100 ou daqui a 500 anos! Ainda não se faz previsão sísmica, trabalhamos apenas com probabilidades. O fato da probabilidade não ser nula, quer dizer que temos de estar preparados ou, pelo menos, temos de tentar estar preparados. Isto envolve um esforço de toda a

sociedade, não apenas dos técnicos, especialistas, agentes de proteção civil, etc., mas da sociedade como um todo sendo, por isso, um problema de cidadania onde tem de estar também envolvido o poder político. As pessoas devem-se informar, para tomar medidas mitigadoras, mas o estado também tem o dever de promover e disponibilizar essa informação. Por outro lado, faz parte das medidas mitigadoras o reforço estrutural das construções mais vulneráveis. Como se sabe, a maior parte das vítimas morre devido ao colapso de edifícios ou infraestruturas (viadutos, pontes, etc.). É por isso muito importante avaliar a vulnerabilidade sísmica das construções existentes e investir no seu reforço de modo a torná-las mais resistentes a futuros eventos sísmicos.

Qual seria o cenário se Portugal sofresse um sismo com as mesmas dimensões do sismo do dia 7 de setembro, no México (dia 8 de setembro em Portugal)? Estamos preparados em matéria de proteção civil?

Suponho que quer dizer qual seria o cenário caso de Portugal sofresse um sismo de magnitude 8,1 a cerca de 100 km da costa (a SW do cabo de S. Vicente, por exemplo). Na verdade, a 28 de Fevereiro de 1969 sofremos um sismo muito semelhante, apenas um pouco mais longe (a cerca de 160 km). Houve danos mas, apesar de não terem sido muito significativos, houve vítimas humanas. Se a magnitude desse sismo tivesse sido ligeiramente superior, os danos materiais e humanos produzidos seriam certamente muito significativos. Uma das missões da proteção civil é o de promover a prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes além de, como é evidente, proteger e socorrer população nestas situações. Tanto a nível nacional (Autoridade Nacional de Proteção Civil - ANPC) como a nível municipal (Serviços Municipais de Proteção Civil - SMPC), a proteção civil tem definidos os seus planos de emergência para vários riscos, entre os quais, o risco sísmico. Portanto, teoricamente, deveremos estar preparados. Contudo, eu penso que falta mais investimento na prevenção para mitigar os danos no caso da ocorrência de um sismo violento. É necessário divulgar, de um meio mais eficaz, os procedimentos a adotar em caso de sismo assim como as medidas de prevenção que diminuirão o

impacto de um sismo. É necessário que esta divulgação se faça para a população adulta e não apenas para as crianças (de um modo geral, os SMPC realizam várias ações de prevenção e divulgação nas escolas do 1º ciclo). Também não devemos esquecer que um sismo com origem na litosfera oceânica pode produzir um tsunami que atingirá a costa portuguesa, pelo que todas as ações de prevenção e divulgação sobre sismos devem incluir também as medidas mitigadoras para os tsunamis. Por último, creio que é necessário realizar (mais) exercícios periódicos com as populações.

Como é que a população pode preparar-se para estes cenários?

A população pode começar por informar-se sobre as medidas de prevenção a tomar antes de um sismo. Essas medidas visam a proteger as pessoas e bens no caso de um sismo, diminuindo assim o seu impacto. Além das medidas de prevenção, as pessoas devem saber os procedimentos corretos a adotar durante um sismo (as três recomendações básicas “BAIXAR, PROTEGER E AGUARDAR”), assim como proceder após o sismo. Estas medidas estão disponíveis nas páginas de internet de vários SMPC, assim como na ANPC. As pessoas também se devem informar sobre as medidas a adotar se estiverem na praia, ou numa zona costeira de baixa altitude, para se protegerem da ocorrência de um eventual tsunami, assim como conhecer as rotas de evacuação e os locais mais seguros para onde se devem deslocar (e esperar, até às autoridades confirmarem que é seguro sair desses locais). O Centro Europeu de Riscos Urbanos (CERU) tem desenvolvido projetos sobre os riscos sísmico e de tsunamis (Projetos INSPIRED e BAYWATCH), em parceria com os concelhos de Lagos e Cascais. No âmbito destes projetos foram estudadas rotas de evacuação nestes dois concelhos, foram elaborados e distribuídos desdobráveis informativos, e foram realizadas várias sessões de sensibilização e informação para o público em geral. Outras instituições públicas e privadas, assim como outros municípios (p.e., Lisboa, Setúbal) também têm realizado ações de sensibilização, publicado e distribuído material informativo, e tomado medidas de mitigação dos riscos.

Por último, as pessoas não se devem esquecer que cada um de nós é um agente de proteção civil, pelo que, o primeiro agente

a intervir, em caso de sismo, somos nós próprios. Estando informada e ensaiando periodicamente as medidas de auto-proteção cada pessoa pode, não apenas salvar a sua vida, mas também ajudar as pessoas que a rodeiam. É muito importante discutir e definir um plano familiar de emergência, preparar uma mochila de emergência (ou kit de emergência) para cada elemento do agregado familiar e tê-lo sempre atualizado e em sítio facilmente acessível. Anualmente a ANPC realiza um exercício chamado a Terra Treme (geralmente a 13 de outubro, que é o Dia Internacional para a Redução das Catástrofes), onde se podem exercitar as medidas de autoproteção a tomar durante um sismo. Todas as pessoas são convidadas a participar e deveriam participar neste exercício. Vale a pena visitar

a respetiva página na internet (ver link abaixo) onde estão descritas com detalhe as medidas a tomar antes, durante e depois de um sismo.

(esta entrevista foi realizada antes do exercício Terra Treme)

Links informativos:

- (1) Sismos – Procedimentos, medidas de proteção e de mitigação
<http://www.aterratreme.pt/os-7-passos/>
http://www.prociiv.pt/bk/EDUCACAO/PARARISCO/CENTRORECURSOS/Documents/Sismos_Aut.pdf
- (2) O que fazer em caso de tsunamis
http://www.ceru-europa.pt/pt/downloads/Triptico_BAYWATCH_v2.pdf
http://www.ign.es/web/recursos/sismologia/ghacertsu/ghacertsu_pt.html
- (3) Riscos sísmico e de tsunamis (Concelhos de Lagos e Cascais)
http://www.ceru-europa.pt/pt/downloads/INsPIRED_CASCAIS_PT.pdf
http://www.ceru-europa.pt/pt/downloads/Folheto_Lagos_PT.pdf
http://www.ceru-europa.pt/pt/downloads/Implementação%20de%20sinalética%20de%20rotas%20de%20evacuação_Lagos.pdf

Pub

Pronto para intervir de forma rápida, com precisão, sem quaisquer complicações.

É também desta forma que actuamos!

Diga-nos qual é a sua “emergência”...

Sistemas de Gestão
Qualidade • Ambiente • Segurança Alimentar
Investigação Desenvolvimento Inovação (IDI) • Serviços em Tecnologias de Informação • EMAS ON DPC (marcação CE)

Produtos e Serviços
...e comprove a nossa eficácia na Certificação!

IPAC acreditação
C0002 Certificação Produtos
Manutenção de Extintores

eic empresa internacional de certificação

Tel: 214 220 640 Fax: 214 220 649 Email: geral@eic.pt **www.eic.pt**



Dr. Richard Kreissl

Privacidade ou Segurança: a videovigilância na proteção da sociedade

(Por Alexandra Martins Silva)

Um comunicado do Ministério da Administração Interna, do dia 16 de maio, refere que o Governo quer alterar a legislação sobre a videovigilância, com o objetivo de facilitar o acesso das forças de segurança ao sistema de videovigilância, com milhares de câmaras espalhadas pelo país, salvaguardando, ao mesmo tempo, o respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos.

No entanto, é importante perceber como é que a privacidade do cidadão inocente consegue ser respeitada, se o Estado vai começar a ter acesso e a analisar dados em massa como o Big Brother de George Orwell. A Alto Risco falou com o Dr. Richard Kreissl, diretor do VICESSE (Vienna Centre for Societal Security), que explicou como a análise de dados em massa afeta os direitos dos cidadãos e como pode ajudar na luta contra o terrorismo.



Durante a conferência Segurex 2017 “A Videovigilância em Espaços Urbanos”, o vereador de proteção civil da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos

Manuel de Castro, disse que a videovigilância “é um elemento fundamental para a segurança do nosso dia-a-dia” e que é necessário “passar para um novo patamar de evolução, do preventivo para o da articulação com as forças de segurança, que é o patamar da reação”. No entanto, o vereador alertou para o problema que advém do aumento da segurança para o bem comum: como salvaguardar as garantias das liberdades individuais das pessoas? Carlos Manuel de Castro disse que “não podemos deixar que o Estado tire essas liberdades” e para isso é preciso “transparência e objetividade de quem operacionaliza os mecanismos de videovigilância”, ou seja, pode-se entender que é preciso confiar no fator humano, subjetivo, do sistema informático de videovigilância.

O comunicado do Ministério da Administração Interna, relativo à facilidade de

acesso das forças de segurança a esses sistemas, insiste na premência de “procurar um ponto de equilíbrio, garantindo o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais” dos cidadãos. Com esta decisão, as forças de segurança vão ter a possibilidade de analisar milhares de dados que podem, ou não, revelar atividades criminosas. Além de combater a criminalidade interna, esta medida também pode ser encarada como uma forma de preparar as forças de segurança para a vigilância necessária para evitar ataques terroristas no país.

A Alto Risco falou com o diretor do Vienna Centre for Societal Security (VICESSE), Dr. Reinhard Kreissl, que respondeu a três questões que põem em perspetiva a análise dos dados em massa e o combate contra o terrorismo.

O Dr. Reinhard Kreissl já teve a oportunidade de estar em Lisboa, entre os dias 5 e 8 de outubro de 2015, na CEPOL Annual European Police Research and Science Conference, apresentou o ensaio “Terrorism, mass surveillance and civil rights”. Este ensaio levanta duas perguntas: “Devem os direitos civis e de privacidade ser sacrificados e trocados por mais segurança? Irá uma maior videovigilância

e mais dados para as forças de segurança aumentar significativamente o nível de segurança numa sociedade?”

Facilitar o acesso das forças e serviços de segurança a dados em massa é uma boa medida na luta contra o terrorismo?

O acesso e disponibilidades dos dados não é problema principal. Até agora, as forças de segurança e os atores comerciais (ambos os lados contribuem na circulação de dados da indústria para as forças e serviços de segurança) têm vindo a recolher uma quantidade sem precedentes de dados pessoais. Os problemas surgem no domínio da análise de dados, na criação de inteligência acionável. A informação sobre os autores do 11 de setembro esteve sempre disponível para as forças de segurança, mas não foi usada para prevenir os ataques. Isto é verdade para os atentados de Boston, Paris, Bruxelas, Londres, Madrid, Berlim, etc! As forças de segurança precisam de melhores ferramentas de análise, não precisam de mais dados! Mesmo com uma melhoria na abordagem instrumental para a análise de dados, o último filtro corresponde à decisão humana, a uma



BIG DATA

capacidade limitada de processamento de informação humana e recursos (humanos) limitados. Como se pode ver pela investigação e reconstrução de todos os ataques terroristas, os obstáculos não foram técnicos, mas sim organizacionais, como por exemplo, a falta de cooperação e partilha, regras de decisão pouco claras e choque de competências, pressão do tempo, etc, dentro das forças e serviços de segurança.

Como podem essas medidas prevenir ataques terroristas, se a maior parte deles não conseguem ser ligados a redes organizadas?

Os dados são o combustível do trabalho de inteligência, e mais e melhores dados podem ajudar nesse trabalho, mas uma abordagem guiada por dados em massa vem com um preço. Qualquer operação de procura e captura corre o risco de falsos positivos, por exemplo, indivíduos/grupos/redes inocentes podem acabar como suspeitos, enquanto os “verdadeiros” terroristas escapam mesmo por baixo dos radares da vigilância de dados. O que faz com que seja difícil responder a esta pergunta é o facto de que “os não-eventos” (por exemplo, ataques que presumivelmente foram evitados) são difíceis de

contar: todas as histórias consideradas de sucesso pelos oficiais das forças e serviços de segurança deviam ser investigadas a fundo. Provas anedóticas que sugerem que em muitos casos os agentes provocaram a preparação de ataques terroristas, aliciando indivíduos para a preparação de um plano que acaba por ser “descoberto e evitado”. Usar dados de viagens ou metadados de comunicação pode ajudar na identificação de potenciais alvos, mas há recursos limitados e problemas de discriminação, por exemplo, evitando positivos/negativos falsos.

É possível que as democracias ocidentais deem um passo atrás no que toca aos direitos civis e privacidade em nome da segurança dos seus cidadãos?

Sim, esse é definitivamente o caso, e a metáfora recorrente – trocar alguma da nossa liberdade em nome da segurança – aponta na direção errada. Isto também é verdade para outras frases que se usam muito, como “nada a esconder, nada a temer” ou “mais vale prevenir do que remediar”. Uma análise mais exaustiva dos dados em massa é, novamente, relevante para aqui. Ao usar dados triviais e públicos de pessoas que estão disponíveis e aplicar-lhes

algoritmos inteligentes, simplesmente correlacionando inteligentemente estes dados, consegue-se descobrir traços, preferências, orientações, etc. Então, a minha avaliação completa é esta: esqueça a recolha de dados... aqui os esqueletos estão fora do armário, os cidadãos tornaram-se recipientes que vertem dados e híbridos tecno-sociais dados, em vez disso foque-se nos regimes algorítmicos de processamento e análise destes dados... aqui estão os verdadeiros perigos e ameaças à privacidade e aos direitos civis. Por último, mas não menos importante, se quer entender as tendências e desenvolvimentos nesta área, olhe para a dimensão económica e para o crescimento do complexo vigilância-indústria-política. O trabalho de inteligência é uma enorme máquina produtora de dinheiro para empresas privadas e todas as grandes corporações, que estavam envolvidas na defesa, têm-se vindo a mover, nas últimas décadas, para o setor da “segurança civil”. Quando se segue os recentes desenvolvimentos europeus, vemos uma fusão da investigação da segurança militar e civil, da indústria, da política e do design institucional... Mantenha sempre em mente este todo!



Comissão de Acompanhamento de Saúde Mental para as vítimas dos incêndios do Pinhal Interior

O Governo criou uma Comissão de Acompanhamento de saúde mental para as vítimas dos concelhos do Pinhal Interior afetados pelos incêndios de 17 de junho. A Comissão entrou em funções no dia 9 de agosto e terá de entregar um relatório com os resultados do trabalho desenvolvido no dia 31 de dezembro.

O anúncio foi feito pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Fernando Araújo, no dia 7 de agosto, depois de uma reunião com os autarcas dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã, que foram afetados pelos incêndios que deflagraram na zona do Pinhal Interior, no dia 17 de junho.

Em declarações aos jornalistas, depois da reunião, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde disse que “o objetivo é ter uma visão integrada e uma noção clara da resposta dada a todos os familiares das vítimas em qualquer ponto do País” e que “permitirá uma harmonização da resposta em termos de abordagem das várias equipas que estão a acompanhar as pessoas afetadas”.

Num despacho publicado em Diário de República, no dia 8 de agosto, ficou estabelecido que a ‘Comissão de Acompanhamento’ tem os seguintes objetivos:

a) Promover e assegurar a acessibilidade aos cuidados de saúde por parte das populações, em tempo adequado, valorizando as soluções de proximidade;

b) Coordenar as intervenções, quer as de natureza preventiva, quer as de ação terapêutica, já realizadas ou a realizar;

c) Caracterizar a população em risco, tendo em conta as per-

das sofridas, a sintomatologia evidenciada, os recursos individuais e do sistema familiar em causa e os antecedentes psicopatológicos revelados, com especial atenção às situações de risco de suicídio;

d) Dinamizar as equipas comunitárias, multidisciplinares, envolvendo os diversos profissionais de saúde mental, de modo a integrar respostas concertadas junto da população em risco;

e) Articular as ações, designadamente com as entidades locais, nomeadamente autarquias e instituições sociais e solidárias, de modo a garantir sinergias nas intervenções;

f) Estabelecer normas de orientação para a estruturação de respostas na área da saúde mental em situações futuras de calamidade, com esta dimensão e impacto;

g) Assegurar informação atualizada junto da comunicação social sobre as ações empreendidas, de modo a obter a sua colaboração na necessária informação à comunidade.”

No mesmo despacho é referido que “importará igualmente que dos recentes acontecimentos sejam retiradas lições sobre a forma como, não apenas as instituições de saúde, mas também outras estruturas do Estado e a comunidade em geral, deverão organizar-se por forma a minimizar, se possível evitar, as consequências mais graves”.

A comissão é presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental, Dr. António Leuschner, e vai integrar psiquiatras, pedopsiquiatras, enfermeiros, psicólogos e técnicos de serviço social. Além de representantes de entidades da saúde e governamentais, também vai estar representada a Comissão de Acompanhamento dos Familiares das Vítimas de Pedrógão Grande.



Drones que ajudam em cenários de emergência

(Por Alexandra Martins Silva)

O Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC) está a desenvolver com a empresa Tekever um projeto que usa drones para disponibilizar o acesso a uma rede sem fios em cenários de emergência, tal como os incêndios de Pedrógão Grande e dos outros concelhos do Pinhal Interior. O responsável pela área de redes sem fios do Centro de Telecomunicações e Multimédia do INESC TEC, Rui Campos, falou com a Alto Risco e explicou que estes drones podem “estabelecer, restabelecer e reforçar rapidamente as comunicações em cenários de emergência”, ajudando as equipas que estão no terreno e as populações, quando há falha nas comunicações em zonas remotas ou eventos de grande dimensão.

Como surgiu este projeto? O projeto WISE surgiu na sequência da identificação dos problemas de acesso à Internet de banda larga

em eventos temporários com grande densidade de utilizadores, que cada vez mais transportam consigo dispositivos móveis com capacidade e necessidade de acesso sem fios à Internet de banda larga.

O cenário de inspiração foi um festival de música como o Rock in Rio ou o NOS Alive, em que dezenas de milhares de participantes querem ter acesso sem fios à Internet para partilhar conteúdos on-line via Instagram, Facebook, YouTube, Snapchat, Twitter, entre outros.

Quem são os responsáveis pelo projeto?

O projeto é coordenado pelo Prof. Manuel Ricardo, coordenador do Centro de Telecomunicações e Multimédia do INESC TEC e Professor Associado com Agregação da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e é co-coordenado por mim, responsável pela área de redes sem fios do Centro de Telecomunicações

e Multimédia do INESC TEC.

Para além do INESC TEC, o projeto conta com a participação da Tekever, empresa que produz o drone que será usado como plataforma base para o desenvolvimento do protótipo da solução de comunicações proposta.

Qual o objetivo destes drones e como funcionam?

O projeto WISE está a desenvolver uma solução de comunicações sem fios baseada na utilização de drones como pontos de acesso (vulgarmente conhecidos como routers sem fios) “voadores”, que vai permitir estabelecer, restabelecer e reforçar rapidamente as comunicações em cenários de emergência, tais como incêndios ou cheias, quer para as equipas de emergência no terreno quer para as populações, cenários em que é necessário alargar temporariamente a cobertura a zonas remotas e cenários de eventos temporários de grande dimensão, tais como festivais de verão ou manifestações, para acesso sem fios à Internet de banda larga.

A utilização dos drones juntamente com a inteligência que lhes está associada vai permitir disponibilizar rapidamente comunicações sem fios de banda larga em cenários em que não exista cobertura de rede ou em que haja necessidade de reforçar a capacidade da rede. Os drones serão capazes de identificar as zonas com falha de cobertura ou necessidade de reforço de capacidade dinamicamente, movendo-se em conformidade.

De que forma podem ajudar na comunicação em cenários de emergência?

Com esta solução poderá ser possível repor e reforçar as comunicações na área de intervenção de forma ágil e rápida, posicionando a rede de drones de acordo com as necessidades das equipas de intervenção. A adaptação rápida do posicionamento dos drones em função da dinâmica das operações de emergência, incluindo a movimentação geográfica das equipas operacionais ao longo do tempo, é outra das vantagens da solução.

Se esta solução estivesse disponível num cenário como o de Pedrógão Grande, por exemplo, poderia ter sobretudo impacto na rapidez de reposição das comunicações e no reforço da capacidade da rede. Nesse sentido, poderia evitar os atrasos e falhas que alegadamente ocor-



reram, de acordo com a informação que veio a público.

Que tipo de informação é que fornecem e quem a pode receber?

O objetivo da solução é o estabelecimento, restabelecimento e/ou reforço das comunicações, para permitir o acesso à Internet de banda larga e, consequentemente, à informação que sobre ela pode ser transmitida, nos cenários identificados acima.

Para que tipo de cenários é que estão aptos?

Os cenários alvo incluem:

- desastres naturais ou provocados pelo homem;
- eventos temporários de grande dimensão – festivais de música, manifestações;
- comunicações temporárias em zonas remotas, em terra ou no mar.

Quando é que os drones estarão operacionais?

A solução está ainda em fase de desen-

volvimento no projeto WISE e poderá ter aplicação prática a médio-longo-prazo, havendo a previsão de termos um protótipo funcional no primeiro semestre de 2019.

Quem é que pode operar estes aparelhos?

Na solução proposta pelo projeto WISE os drones são autónomos, isto é, não necessitam de ser controlados por um ou mais operadores humanos. Os drones criarão automaticamente uma rede para estabelecer, restabelecer e/ou reforçar as comunicações, sendo capazes de identificar as zonas com falha de cobertura ou necessidade de reforço de capacidade dinamicamente, ajustando a sua posição em conformidade, sem intervenção humana. Pretende-se portanto que a operação seja autónoma, à semelhança do que sucederá futuramente, por exemplo, com a entrega de encomendas usando drones, conforme já anunciado por várias empresas na área da logística (UPS, DHL, etc.).



Dia Municipal do Bombeiro em Lisboa, 29 anos depois do incêndio do Chiado

(Por Alexandra Martins Silva)

A Rua do Carmo, em Lisboa, voltou a receber no dia 25 de agosto o Dia Municipal do Bombeiro, onde também foram recordados os 29 anos do incêndio do Chiado. O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, esteve na cerimónia onde fez questão de homenagear não só os bombeiros da cidade, como os bombeiros de todo o país, por causa do seu esforço durante os incêndios do verão.

O presidente da Câmara referiu que este “é um dia de homenagem aos bombeiros da cidade, que todos os dias protegem a cidade de Lisboa e que podem ser chamados a qualquer momento para a defesa das vidas e dos bens de muitos na cidade de Lisboa; mas, este ano, também tivemos de estender uma homenagem a todos os bombeiros do país”.

“Portugal encontra-se num momento de particular gravidade, do ponto de vista dos incêndios. Estão muitos milhares de mulheres e homens que estão há muitos meses no terreno, com grande tensão em tentar proteger vidas e bens, por todo o território nacional de norte a sul. Quisemos aqui, hoje, dar a nossa singela homenagem a todas essas mulheres e homens

que estão pelo país todo a combater os fogos e a proteger vidas.”

Fernando Medina frisou ainda o “investimento significativo” que a autarquia tem vindo a fazer para manter o Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) como “o melhor, maior e mais bem preparado regimento do país. E assim faremos, porque é nossa obrigação e é nosso dever cuidar em primeiro lugar de todos aqueles que vivem, visitam e trabalham na cidade de Lisboa.”

Durante a cerimónia foi depositada uma coroa de flores junto à placa evocativa do incêndio do Chiado, a que se seguiram o toque do silêncio, a marcha fúnebre de continência em homenagem aos bombeiros mortos em serviço e o toque de alvorada.

Estiveram presentes a presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, o vereador da proteção civil, Carlos Manuel

de Castro, o presidente da Liga dos Bombeiros, Jaime Marta Soares, e o presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho.

Medidas de segurança para a proteção em zonas com elevada afluência de pessoas.

O presidente deixou claro que as barreiras colocadas nas zonas de maior afluência de pessoas da capital não serão um impedimento para os bombeiros, em caso de emergência. Recordamos que os canteiros de flores que estavam no meio na Rua do Carmo, no dia 25 de agosto de 1988, dificultaram o acesso dos carros de socorro no combate ao incêndio do Chiado.

“Nós tivemos uma preocupação muito grande com a acessibilidade, em matéria de socorro e de segurança, e, por isso, todas as posições e todas as técnicas foram estudadas, de acordo com a polícia e de acordo com o Regimento de Sapadores de Bombeiros, de forma a permitir o acesso dos carros dos bombeiros, mas também dos meios das ambulâncias por causa dessas ocorrências e precisarem um acesso fácil e fluido. Por isso é que em todos os locais tivemos essa intervenção de colocação de proteções adicionais; elas permitem este acesso de socorro e por parte das ambulâncias, quer seja através de pilaretes rebatíveis, quer seja através de outras técnicas que permitem que haja um rápido acesso por parte desses meios.”

A Câmara Municipal de Lisboa anunciou, no dia 20 de agosto, que seriam instaladas medidas passivas de segurança na via pública, uma decisão tomada na sequência dos ataques terroristas de Barcelona, que fizeram mais de uma dezena de mortos e mais de uma centena de feridos no dia 17 de agosto. O modus operandi que os terroristas têm seguido é o atropelamento de pessoas em locais de grande afluência turística, como Las Ramblas, em Barcelona, sendo que estas barreiras físicas serão um entrave a quaisquer veículos que tentem transpor os passeios.

Fernando Medina adiantou que as zonas que estão, neste momento, definidas são “a zona da Rua Augusta, a zona das Portas de Santo Antão, o Chiado, a Rua Cor-de-Rosa, Belém e os Jerónimos”.



Kits e manual de recomendações alimentares

(Por Alexandra Martins Silva e Cátia Godinho)

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) anunciou, no dia 9 de agosto, que, em parceria com a Direção-Geral de Saúde (DGS), vai passar a distribuir um kit alimentar para os grupos de reforço que se deslocam por todo o país, com um plano nutricional que assegura uma alimentação equilibrada e adequada aos esforços que lhes são exigidos.

Em julho, a DGS já tinha publicado um manual com recomendações alimentares para os bombeiros, que foram tidas em conta na elaboração dos “kits” para os operacionais no terreno, que de acordo com a nota de imprensa da ANPC, do dia 9 de agosto, “são compostos por quatro menus e produzidos para as necessidades específicas dos operacionais e ao esforço que fazem no combate aos incêndios rurais”.

As 42 páginas do manual pretendem “fornecer um conjunto de recomendações relacionadas com a alimentação para bombeiros, de forma a contribuir para a melhoria do seu estado de saúde”, tendo em conta as “necessidades nutricionais e alimentares deste grupo [que] podem ser consideravelmente diferentes em função das distintas fases de trabalho e ao longo do ano”.

O documento está dividido em duas partes. Primeiro é apresentado um conjunto de recomendações gerais para uma alimentação saudável que deverá fazer parte do dia-a-dia dos bombeiros e depois são destacadas recomendações nutricionais e alimentares específicas para os períodos de atividade profissional intensa.

Por exemplo, o menu 1 para uma situação de emergência de 24 horas, descrito no manual, inclui:

- pequeno-almoço: café solúvel, açúcar, bolachas maria e queijo fundido;

- merenda da manhã: uma barra de tâmaras/nozes e um sumo de fruta;
- almoço: massa à bolonhesa, atum em óleo, doce de maçã, café solúvel e açúcar;
- meio da tarde: bolacha de água e sal e uma bebida para desportistas;
- jantar: paelha de frango, sardinha em conserva de tomates, marmelada, café solúvel e açúcar;
- ceia: bolachas de água e sal, café solúvel e uma bebida para desportistas;
- outros componentes: rebuçados/caramelos e pastilhas elásticas para higiene oral.

O manual adianta que há problemas de saúde associados à profissão de bombeiro, referindo que “devido à sobrecarga física e emocional exigida no trabalho, os bombeiros podem ter um maior risco de desenvolver doenças cardiovasculares quando comparados com a população em geral. Existe também evidência que sugere que os hábitos alimentares inadequados destes trabalhadores são uma realidade, que favorece o aumento no peso e desenvolvimento de doenças crónicas não transmissíveis.”

É de realçar que “nos Estados Unidos da América, os eventos cardiovasculares são a causa de morte mais comum entre bombeiros e estima-se que sejam res-



ponsáveis por, aproximadamente, 45% dos óbitos de bombeiros em serviço”. Recorde-se que na Revista Alto Risco de Março, foi referido que esta estatística foi estudada pelo Centro de Ciência Cardiovascular da Universidade de Edimburgo, num estudo publicado no dia 4 de abril, que revela que a exposição a temperaturas elevadas e o esforço físico extremo fazem aumentar o risco de ataque cardíaco e enfarte para os bombeiros.

Destacam-se algumas das recomendações dadas no manual a ter em conta durante uma ocorrência: ingerir líquidos frequentemente através de água e/ou bebidas para desportistas que incorporem hidratos de carbono e eletrólitos; restringir o consumo de bebidas alcoólicas e bebidas com cafeína; repor os níveis de potássio através do consumo de, por exemplo, banana, citrinos, limonada, sumo de laranja ou de tomate.



Alimentação deficitária dos bombeiros alvo de inquérito

Pratos, copos e talheres de plástico e embalagens de alumínio com pouca comida dominaram os almoços dos operacionais que combateram os incêndios que este ano combateram os incêndios em Portugal. Nas redes sociais foram surgindo denúncias dos bombeiros que fotografaram as refeições e que davam conta da fraca qualidade e quantidade de alimentos, servidos a horas tardias.

A situação causou admiração entre as entidades responsáveis, tanto mais que este ano foi apresentado um kit alimentar composto por quatro menus. O objetivo a que se propunha era garantir as primeiras 24 horas em caso de necessidade. Uma espécie de “ração de combate”, que poucos viram no teatro das operações.

ANBP pede esclarecimento imediato sobre a alimentação dos bombeiros no TO

Na sequência das denúncias dos bombeiros sobre as refeições que lhes eram servidas e após a divulgação das fotografias que documentavam a denúncia, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais exigiu um esclarecimento definitivo sobre a organização da alimentação dos bombeiros no Teatro das Operações.

Em comunicado, emitido a 28 de agosto, a ANBP admitiu não compreender “as fotografias que circulam nas redes sociais retratem refeições com baixos índices proteicos e calóricos, e em quantidades reduzidas, quando o Governo garante que, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil estão a ser transferidos para as Associações Humanitárias 21 euros para alimentar cada operacional no terreno”. ANBP acrescenta que “é preciso apurar as razões que estão por detrás de uma alimentação deficitária dos bombeiros no teatro das operações. Afinal, o que está a falhar? Como está a ser feita a canalização dessas verbas recebidas para a alimentação dos operacionais? Será que têm razão as suspeitas levantadas acerca



do destino dessas verbas recebidas para a alimentação e que estarão, alegadamente, a serem direcionadas para outras necessidades?”

Acerca das suspeitas levantadas sobre o alegado “esquema de financiamento dos bombeiros (feito) à custa do desvio de verbas da alimentação para os operacionais”, pelo presidente da APBV e publicadas no Jornal Público, a ANBP considera que “deverão ser rapidamente esclarecidas sob pena de, num futuro próximo, este alegado esquema provocar revolta na própria população e também ela deixar de ajudar os bombeiros no teatro das operações. O que vai acontecer depois?”

Ministério da Administração Interna ordenou abertura de um inquérito

A denúncia feita por alguns operacionais no terreno sobre as refeições que estavam a ser servidas no teatro das ope-

rações levou a que o então Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, ordenasse à Autoridade Nacional de Proteção Civil, no dia 28 de agosto, a abertura de um inquérito sobre as condições de fornecimento de refeições aos bombeiros.

O inquérito terá sido entregue até ao dia 30 de setembro, mas, contactada pela Alto Risco, a ANPC não confirmou a entrega, ou o estado do mesmo.

Recorde-se que a Diretiva Financeira 2017 determina que a Autoridade Nacional de Proteção Civil suporta financeiramente as refeições dos operacionais que participam no combate aos incêndios, sendo que para o almoço e jantar estão determinados 7 euros por refeição, pequeno-almoço, lanche e dois reforços 1,8 euros, o que corresponde a um total de 21.20 euros por operacional.

Já a Diretiva Operacional Nacional nº2 determina que os corpos de bombeiros e as câmaras municipais da área onde decorre o incêndio têm a responsabilidade de apoio logístico das entidades que integram o DECIF.